

Digitalizado
em 11/7/18

Comitês PCJ



Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)

CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS
Ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/05/2018- 9-13 h.
Paço Municipal de Piracaia - Salão Azul – Piracaia/SP

Membros presentes	
Entidade	Representante
AESABESP	Antônio Aparecido Zampronio (T)
ASSEMAE	Amanda Alves de Lima (T) Natália de Freitas Colesanti Perlette (S)
BRK Ambiental	Sthefany Kuhl de Abreu (S)
CATI	Henrique Bellinaso (T)
Consórcio Pirai	Francisco Antonio Moschini (T)
Cooperativas Holambra	Petrus Bartholomeus Weel (S)
DAE Jundiá	Maria Carolina H. Dutra e Simões (T)
DAE Santa Bárbara D'Oeste	Mônica Tortelli (T)
DAEE	Walter Antonio Beccaro (T)
INEVAT	Francisco Antonio Moschini (T)
Instituto de Zootecnia	João José A. de A. Demarchi (T)
IPT	Caroline Almeida Souza (S) Keila Karoline Marques
P.M. C. Limpo Paulista	Maria Karolina da Silva Tamberlini (T)
P.M. de Limeira	Raquel Schimidt(T)
P.M. de Joanópolis	Mbatuya Medina (T)
P.M. de Mairiporã	José Roberto M. Silva (T)
P.M. de Salto	Carlos Henrique Russafa Miguel (T)
P.M. de Várzea Paulista	João José de Lima (T) Rafael Tamberlini (S)
P.M. de Vinhedo	Rosângela A. M. N. Grigoletto (T) Maria Doralice R. M. Prebianqui (S)
SAA	Henrique Bellinaso (T)
SABESP	Adilson Octaviano (T)
SANASA	Amanda Alves de Lima (S) Natália de Freitas Colesanti Perlette (T)
UNICAMP / FEA/LEE	Enrique Ortega (T) Ligia Ferreira de Azevedo (S)

Geoblue
IAC - Instituto Agrônomico
IPSA
P. M. de Analândia
P. M. de Campinas
P. M. de Cordeirópolis
P. M. de Hortolândia
P. M. de Itatiba
P. M. de Jarinu
P. M. de Itupeva
P. M. de Nova Odessa
P. M. de Sumaré
SMA/CBRN
UNICAMP / FEA
UNICAMP / GEO3

Convidados / Acompanhantes	
Entidade	Representante
Agência de Bacias PCJ	Marina Peres Barbosa Leonardo Lucas Baumgratz Bruna Caroline Juliani
Amaral Engenharia	Gabriel Amaral
DAA Agricultura Piracaia	Ana Lúcia Watanabe
Ambiente Piracaia	Hélio F. P. Varela
AEMB Projetos e Estudos Ambientais	Rafaela Roni de Camargo Freitas José Augusto B. Ribeiro
Não informado	Natália M. Rissi
Não informado	Carlos Alberto Lima Vieira
Não informado	José Guilherme de O. Ribeiro

(T) - Titular (S) - Suplente (R) - Representante

1. Pré-reunião: A pauta, a convocação da reunião (Ofício CT-RN nº 02/2018), anexos e a minuta da ata referente à 81ª Reunião Ordinária foram enviados previamente aos presentes por meio de mensagem eletrônica. **2. Abertura da 82ª Reunião Ordinária, Recepção e Coffee-break (item 1 da pauta):** O coffee-break foi oferecido das 9 às 9:30 h, permanecendo disponível durante toda a reunião. Em seguida o Sr. João Demarchi, coordenador da CT-RN, abriu oficialmente a reunião às 9:40 h, dando boas vindas a todos os presentes e passando a palavra para os anfitriões Ana Lúcia Watanabe e Hélio F. P. Varela, ambos do Departamento de Agricultura e Meio Ambiente da Prefeitura Municipal de Piracaia, que fizeram uma breve explanação sobre as questões ambientais do município. Com aproximadamente 26 mil habitantes e 385 km², os problemas das cidades pequenas não diferem muito entre si, sempre com falta de recursos e dificuldades de execução em função de

Membros (Entidades) com justificativa
Associação Renovar
CDA
Fundação José Pedro de Oliveira
Fundação Florestal
Prefeitura Municipal de Jaguariúna
PUC Campinas
UNICAMP / FEC

Membros (Entidades) Ausentes
CETESB
CIESP - DR Santa Bárbara D'Oeste
CODEN
CIS - Itu
GAEMA

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/05/2018- 9-13 h.

Paço Municipal de Piracaia - Salão Azul – Piracaia/SP

equipes de trabalho reduzidas. O nome Piracaia é de origem tupi e significa "peixe assado", através da junção de *pirá* ("peixe") e *kaia* ("assado"). Os programas Produtor de Águas (ANA), Mina D'Água (SMA) e PSA (Comitês PCJ) estão presentes no município. É um município de interesse turístico (MIT) e possui um Parque Ecológico com grande número de visitantes. Localizada na Serra da Mantiqueira, possui muitas cachoeiras e montanhas. O ponto turístico mais famoso é a Igreja Matriz de Santo Antônio da Cachoeira, cujo teto possui a pintura de todos os papas. É a segunda igreja do mundo a possuir tal acervo, sendo a primeira, a Basílica de São Paulo, em Roma, na Itália. Outro ponto turístico famoso é o Santo Cruzeiro, que é o maior do mundo. Clima: tropical de altitude com temperatura média de 24 °C. Relevo: Montanhoso e fortemente ondulado. Hidrografia: banhada pelos rios Cachoeira e Atibainha. Possui três barragens: barragem do Jaguari-Jacareí, barragem do Cachoeira e barragem do Atibainha. O sistema de abastecimento e saneamento é da SABESP, com 50% de coleta, sendo 100% do coletado com tratamento e uma eficiência de 84%. As áreas rurais são muito extensas o que dificulta a questão do saneamento, que apresenta baixos índices de coleta. Por conta do Reservatório Cachoeira (Sistema Cantareira) a SABESP é responsável (TAC/TCRA) pelo plantio de aproximadamente 2000 há de reflorestamento (restauração florestal). Há problemas com fogo, animais e falta de fiscalização. Passaram a usar motocicletas para tornar essa fiscalização mais efetiva. A TNC também tem ações nesta região e participa das várias ações desenvolvidas no município. A cidade está dentro de uma APA com Plano de Manejo existente mas não executado, como também com Conselho muito pouco ativo. Essa questão do péssimo funcionamento dos Conselhos das APAS (unidades de conservação) foi endossado pela Sra. Carolina (DAE Jundiá) e pelo Sr. Francisco Moschini (Consórcio Pirai e INEVAT). O Sr. João Demarchi comentou que tanto a Política de Mananciais já enfatiza a necessidade de fortalecimento dos COMDEMAS quanto tem um GT denominado Rede de Áreas Protegidas que está discutindo a questão das áreas protegidas; 3. **Secretaria – Informes Gerais (item 2 da pauta) e Aprovação da Ata:** A minuta da ata foi apresentada e colocada em discussão, sendo aprovada por unanimidade, sem correções; **Informes:** O Sr. João Demarchi, substituindo a secretária Cláudia Grabher, discorreu também sobre diversos assuntos e informações conforme descritos a seguir: **Anexo 1** - Ofício 01/2018 AMB Estudos e Projetos Ambientais (indicação de membros para a CT-RN), **Anexo 2** - Ofício Comitês PCJ 28/2018 - Exclusão de representantes da CT-RN, **Anexo 3** - Capacitação de Usuários do ARAQUÁ - indicação de vagas, **Anexo 4** - Curso de Autossuficiência e

Sustentabilidade Hídrica do Município (IAC/ Dr. Rinaldo Calheiros, www.producaodeagua.com.br), **Anexo 5** - E-mail Secretaria Executiva dos Comitês PCJ - Regimento Interno da CT-RN, **Anexo 6** - Parecer Técnico GT- Empreendimentos 07/2017 Theia Empreendimentos Jarinu - SP, **Anexo 7** - Convite CT-OL apresentação da Política de Mananciais / Outorga Coletiva, **Anexo 8** - Carta Conjunta 12/2018 SEC GT-PSA CEIVAP - Convite para palestra Política de Mananciais, **Anexo 9** - O Comitê da Bacia Hidrográfica dos Rios Piracicaba e Jaguari (CBH-PJ) comemora (27/03/2018) 10 anos de sua instalação, **Anexo 10** - Folder Projeto Nascentes de Analândia, **Anexo 11** - Instruções para Revisão do Plano de Bacias - Caderno de Conservação e Uso da Água no Meio Rural e Recuperação Florestal ("*Caderno Florestal*" - CT-RN + CT-Rural), **Anexo 12** - Indicação de Membros para a CT-RN feita pelo Instituto de Conservação Ambiental The Nature Conservancy do Brasil - TNC. Colocadas em votação, as indicações foram aceitas por unanimidade, sendo a representante titular pela AEMB Estudos e Projetos Ambientais de Vinhedo a Sra. Rafaela Rossi de Camargo Freitas e seu suplente o Sr. José Augusto Borges Ribeiro. Pela TNC o Sr. Henrique Bracale será o representante titular, tendo como suplentes o Srs. Vinicius Gaburro de Zorzi e Samuel Roiphe Barrêto. Em sequência foram definidos os membros da CT-RN que participarão do evento na CEIVAP/AGEVAP em Resende, RJ. Irão os membros João Demarchi (IZ/APTA/SAA) e Marina Barbosa (Agência PCJ) como palestrantes, acompanhados do Sr. Leonardo Baumgratz (Agência de Bacias PCJ), Sr. Petrus Weel (Cooperativas de Holambra), Sr. João Baraldi (SR de Rio Claro) e Rafaela Rossi de Camargo Freitas (AEMB/Vinhedo). Com relação ao Regimento Interno da CT-RN, o coordenador adjunto Sr. Henrique Bellinasso (CATI/SAA) ficou responsável pela apresentação de uma primeira minuta a ser apresentada à Câmara Técnica na próxima reunião. Com relação à SABESP, não foi possível a presença do Sr. Hélio Figueiredo, mas serão mantidos os contatos no sentido de obter maior aproximação entre essa concessionária e a Política de Mananciais e uma maior priorização dos municípios a montante da bacia, motivo para realização desta reunião no município de Piracaia. O coordenador enviará ofício à SE dos Comitês solicitando reconsideração e a manutenção das instituições AESABESP, PM de Mairiporã e PM de Vinhedo na CT-RN. As demais oito instituições foram excluídas (CIESP SOB, CIS Itu, CDA, Geoblue, IAC, IPSA, PM de Analândia e PM de Itupeva) por falta de interesse dos seus membros representantes; 3. **Tópicos para Discussão – Apresentação do Relatório Final do Plano Florestal para aprovação (item 3 da pauta):** Marina Barbosa (Agência PCJ) iniciou a apresentação contextualizando todo o processo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/05/2018- 9-13 h.

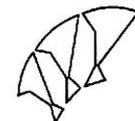
Paço Municipal de Piracaia - Salão Azul – Piracaia/SP

de atualização do Plano Diretor para Recomposição Florestal – PDRF, desde o início da contratação do Termo de Referência elaborado pelo IPEF em 2013 até o processo de licitação e contratação da empresa Irrigart Engenharia e Consultoria em Recursos Hídricos e Meio Ambiente em 2017. Com isso, Marina iniciou a apresentação dos objetivos do PDRF, que visa estabelecer critérios para a priorização de áreas para recomposição florestal considerando escalas de trabalho distintas, a escala global (1:50.000) e a escala local (1:10.000). Em seguida, foi feita uma explanação da participação do público e dos membros da CT-RN nas três Reuniões Públicas realizadas durante o processo de atualização do PDRF, também foi apresentada a composição do Grupo Técnico de Acompanhamento (GT Acompanhamento), composto por dois membros da CT-RN e dois membros da CT-Rural formalmente indicados pelas câmaras. Aprofundando o assunto, Marina apresentou as informações contratuais e a situação atual do contrato nº 009/2017 que se encontra em vigência até 07/07/2018, devido a um novo termo aditivo de prazo. Ainda, foram apresentados os valores desembolsados inerentes aos produtos entregues pela contratada e aprovados pela Agência das Bacias PCJ. Ainda no contexto do processo de atualização do PDRF, Bruna Juliani (Agência PCJ) explicou sobre as duas capacitações ocorridas ao longo do processo. A primeira capacitação, prevista no TR que norteia os trabalhos, foi realizada aos membros do GT-Acompanhamento e técnicos da Agência PCJ no dia 19/12/2017. Esta capacitação teve o enfoque teórico e uma explanação simplificada da aplicabilidade da metodologia, pela contratada, o que fora estabelecido em comum acordo com o GT-Acompanhamento tendo em vista que nem todos os membros possuíam conhecimento em geoprocessamento, que foi estabelecido como pré-requisito para participação na referida capacitação. A alteração da metodologia da capacitação foi registrada em memória técnica de reunião do GT-Acompanhamento e, considerou também o fato de que os membros da CT-RN e RURAL teriam a possibilidade de participar da capacitação nos moldes previstos em TR, em um segundo momento. A segunda capacitação, também chamada de capacitação ampliada, ocorreu em virtude de uma demanda do Grupo Técnico de Acompanhamento, para que a capacitação inerente à aplicação da metodologia utilizada para mapeamento de áreas prioritárias fosse também, estendida a pelo menos um técnico das prefeituras dos municípios das Bacias PCJ. Esta capacitação ampliada ocorreu durante o mês março de 2018, e envolveu um público de 57 pessoas, divididas em 4 turmas. Ressalta-se que todos os municípios das bacias PCJ foram consultados, mediante ofício, e-mail e telefone, para que os mesmos se manifestassem quanto ao

interesse em participar. Dos 71 municípios, 41 estiveram presentes, além de 4 membros das CT-RN, 4 membros da CT-RURAL, 1 membro do GAEMA PCJ e técnicos da Área Ambiental da Agência PCJ. Após a capacitação ampliada, foi realizada uma pesquisa via formulário de avaliação aos participantes, com o objetivo de se obter um feedback quanto à utilidade e aplicabilidade do manual técnico e da metodologia apresentada pela contratada no contexto do mapeamento a ser efetuado pelos municípios, além da avaliação da capacitação de maneira geral. Neste sentido, a Srta. Bruna apresentou os resultados desta pesquisa, exemplificando por meio de gráficos em cada item avaliado. Como avaliação geral, a capacitação foi muito bem avaliada pelos participantes, se mostrando muito útil aos municípios capacitados. Dando sequência à lógica da apresentação, Marina retomou a palavra para realizar uma explanação do conteúdo do Relatório Final (RFINAL), produto final da atualização do PDRF. Foram destacadas as atividades desenvolvidas e os produtos apresentados, elencados a seguir: **Divisão e Classificação das áreas de contribuição** - Foi mantida a divisão das áreas de contribuição proposta no Plano de Bacias, e em seguida as 225 ACs existentes foram organizadas em grupos conforme semelhanças de relevo e solo; **Mapeamento das áreas com Demanda Florestal** - Este mapeamento consistiu em mapear as áreas com demanda hidrológica por florestas, ou seja, áreas em que a floresta pode efetivamente desempenhar uma função ou serviço hidrológico relevante. Para este mapeamento foram considerados critérios estabelecidos no TR: i) Suscetibilidade dos solos à erosão; ii) Declividade do terreno; iii) Proximidade à rede de drenagem; iv) Porção superior do terreno; v) voçorocas; vi) pontos de captação para abastecimento público e vii) unidades de conservação. Além desses critérios, foi feito o mapeamento das áreas especiais, ou seja, locais onde a execução de projetos de recomposição florestal pode ser inviável ou não há sentido, como por exemplo: i) áreas urbanas e periurbanas; ii) áreas com vegetação nativa. **Hierarquização das áreas de contribuição** - A hierarquização das ACs foi realizada de acordo com diferentes critérios: i) excedente hídrico; ii) criticidade hídrica; iii) abastecimento público; iv) vegetação nativa existente; e v) áreas urbanas e periurbanas. Para cada critério foi atribuído um peso para que se pudesse gerar o mapa de hierarquização das ACs. Destaque-se que a hierarquização existe como uma forma de apoio às tomadas de decisão quanto à aplicação de recursos financeiros nas bacias PCJ, o que não significa dizer que uma área é prioritária a outra em relação à recomposição florestal, pois todas as áreas são de igual importância para recomposição florestal. **Recomposição Florestal em escala local** - Esta

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS

Ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/05/2018- 9-13 h.

Paço Municipal de Piracaia - Salão Azul – Piracaia/SP

atividade englobou: i) a organização de conjunto de informações em um “kit de dados cartográficos”; ii) a elaboração de manual técnico para o mapeamento de áreas prioritárias locais; iii) a elaboração de roteiro de Plano de Recomposição Florestal Local; iv) projeto piloto para mapeamento de áreas prioritárias locais (JUNA 168 – Jundiá, parte da microbacia do Jundiá-Mirim. Foram realizadas capacitações específicas inerentes ao mapeamento de áreas prioritárias utilizando-se software de geoprocessamento, ministradas pela contratada, além da editoração do manual técnico e roteiro (produzidos pela contratada) destinado ao público alvo das capacitações, por solicitação do GT-Acompanhamento, demanda absorvida pela equipe técnica da Agência das Bacias PCJ. **Monitoramento hidrológico e de recomposição florestal** - A escala de microbacia ficou definida como a unidade de monitoramento hidrológico no PDRF. Para tanto, o plano traz diretrizes para a seleção das microbacias hidrográficas, bem como diretrizes para o monitoramento dos indicadores, o local para escolha da instalação da seção de medição, definição do conteúdo de um projeto técnico básico e o orçamento para instalação e manutenção do projeto. Com relação ao monitoramento de recomposição florestal, foi estabelecido seguir os indicadores da Resolução SMA nº 32. **Definição de metas e estratégias para implantação do PDRF** - As metas foram elaboradas seguindo critérios de priorização do PDRF, em consonância com o Plano de Bacias e ainda, levando em consideração a Política de Mananciais PCJ. Todos os investimentos em projetos no plano de metas do PDRF foram estabelecidos dentro dos recursos financeiros provenientes da Cobrança Federal. Para tal, foram idealizadas metas para o curto, médio e longo prazos, sendo o curto prazo o atual PAP PCJ 2017-2020. O plano de metas e ações deverão ser atualizados a cada 4 anos e estabelecidos novos investimentos de acordo com as disponibilidades orçamentárias. Com relação às estratégias para implantação do PDRF, destacou-se a importância da articulação entre municípios; a recomposição florestal em uma bacia como um todo; o incentivo à criação do IPTU verde; o contato direto com o proprietário rural; a aproximação da população em geral e também o incentivo à contratação de técnicos especializados nas prefeituras. Marina ressaltou a importância da compreensão do objeto contratado por todos, bem como das tratativas extras feitas para atendimento das solicitações do GT-Acompanhamento ao longo do processo, alinhadas junto à Agência PCJ e à contratada. A questão metodológica, também questionada pelo GT-Acompanhamento, não pôde ser alterada em virtude do estabelecimento do TR, sendo que a Diretoria Técnica e o GT-Acompanhamento aferiram o atendimento da contratada ao TR que norteia os trabalhos. Foi definido prazo de 10 a

25/04/18, para análise e apontamentos do GT-Acompanhamento, no RFINAL, sendo que, além da Flaviana Maluf do GAEMA PCJ, os membros não apresentaram mais nenhuma necessidade de alteração. A solicitação da Sra. Flaviana (ajuste e reprojeção da hidrografia que apresentava deslocamento superior ao esperado) fora atendida pela contratada e aferida tanto por ela quanto pela Agência PCJ. A oportunidade para colocar as questões que não ficaram totalmente a contento do grupo, no que tange à metodologia estabelecida, serão levadas à discussão no âmbito do CRF – Caderno de Conservação e Uso no Meio Rural e Recuperação Florestal, inerente à Atualização do Plano das Bacias PCJ. Os membros comentaram os dados e a metodologia estabelecida, de maneira geral, como uma grande evolução do PDRF de 2005 (vigente), sendo considerado aprovado o RFINAL. O coordenador adjunto Henrique criticou a metodologia proposta para hierarquização das prioridades do Plano Florestal esperando que esses ajustes de percurso possam ser equacionados no Caderno Florestal. Coordenador João Demarchi comentou que a demora na atualização do PDRF fez com que muitas das demandas fossem atendidas pela Política de Mananciais, podendo esta política pública absorver muito dos avanços conseguidos no Plano Florestal; **4. Tópicos para Discussão – Carta de Piracaia (item 3 da pauta):** O Sr. Petrus fez uma breve apresentação das discussões ocorridas em uma reunião do Consórcio PCJ aqui mesmo no município de Piracaia que motivou a criação da Carta de Piracaia, carta esta sintetizada na sua fala. O principal ponto defendido pelo Sr. Petrus é que precisamos priorizar os municípios a montante da bacia, região do Sistema Cantareira, com relação aos investimentos em reflorestamento e demais ações da Política de Mananciais. Precisamos incentivar a criação de consórcios entre os municípios e ou apoiar e incentivar ações através da Associação Intermunicipal dos Municípios da Região Cantareira. A questão da falta de saneamento e ou dificuldades de sua expansão em função da topografia acidentada e da grande extensão da área rural, precisa ser priorizado e atendido pelo saneamento rural, como já avançado em Holambra. Acordado que as reuniões da CT-RN deverão alternar os locais das reuniões entre os "DDD's 19 e 11", em alusão às regiões mais a jusante e a montante das Bacias PCJ. A questão do saneamento é crítica nesta região, inclusive nas áreas rurais, portanto, pode ser articulada uma reunião conjunta entre as câmaras técnicas CT-RN, CT-Rural e CT-Saneamento. Priorizar essa questão também no Caderno de Florestas a ser discutido nos próximos meses, levando em consideração a atualização do Plano Florestal neste item. Verificar os municípios que possam também aproveitar os esforços despendidos com o PMVA, criando um sinergismo

Comitês PCJ

Criados e instalados segundo a Lei Estadual (SP) nº 7.663/91 (CBH-PCJ), a Lei Federal nº 9.433/97 (PCJ FEDERAL) e a Lei Estadual (MG) nº 13.199/99 (CBH-PJ)



CT-RN: CÂMARA TÉCNICA DE CONSERVAÇÃO E PROTEÇÃO DOS RECURSOS NATURAIS Ata da 82ª Reunião Ordinária da CT-RN - 09/05/2018- 9-13 h. Paço Municipal de Piracaia - Salão Azul – Piracaia/SP

entre as ações dos Comitês e da SMA. Incentivar a criação de mais municípios com aptidão turística, como o de Piracaia. Discussões mais aprofundadas com a SABESP, especialmente os relacionados ao pagamento pelo uso da água na transposição direcionada para a região metropolitana de São Paulo. Trabalhar com ações que incentivem maior participação e conscientização da população sobre esses assuntos. Melhoria na criação e gestão das APAS existentes (unidades de conservação); **5. Palavra aberta e outros assuntos não contemplados (item 4 da pauta):** A Sra. Rafaela (AEMB/Vinhedo) foi parabenizada pelos 10 anos de serviços prestados no município de Jaguariúna frente a Secretaria de Meio Ambiente e dos projetos de PSA e do Produtor de Água. A Sra. Carolina (DAE Jundiá) comentou sobre a importância de parceiros nos projetos da Política de Mananciais como a AMBEV e a FENSA, que tem grande interesse na garantia de água para suas indústrias (plantas). Discutida a questão do licenciamento municipal e do estadual (Via Rápida) e dos conflitos existentes nesse tema. As restrições obviamente são maiores na legislação municipal, que deve ser respeitada, mesmo que haja interesse dos usuários "burlarem" essa maior restrição. Precisam ser criadas travas no sistema Via Rápida para evitar esse problema. A fiscalização municipal precisa aumentar e caso seja necessário, acionar o ministério público (MP), como citado em exemplo do município de Várzea Paulista pelo Secretário de Meio Ambiente Sr. João José Lima. Conselhos das Unidades de Conservação e dos municípios (COMDEMA e COMDER) precisam de fortalecimento e maior representatividade da sociedade para que as decisões sejam tomadas de uma forma que leve em consideração todos os interesses envolvidos no município, sejam ambientais, econômicas e ou políticos. Com relação ao anexo 6 - Empreendimento do Centro Empresarial Espaço Gaia Théia, há necessidade de ficarmos mais atentos e manter a vigilância sobre as tentativas de alteração da APA que exclui o município de Jarinu dessa unidade de conservação sem qualquer justificativa plausível, podendo haver relacionamentos e interesses com esse empreendimento acima citado; **6. Encerramento:** Não havendo mais nada a ser tratado, as 13 h, o coordenador da CT-RN João Demarchi agradeceu a hospitalidade do município de Piracaia, através de seus técnicos presentes, Sra. Ana e Sr. Hélio e da grande presença de membros da CT-RN nesta reunião, desejando a todos um excelente retorno aos seus municípios de origem.

João José Assumpção de Abreu Demarchi
Coordenador da CT-RN

Henrique Bellinaso
Coordenador-adjunto da CT-RN

Claudia Grabher
Secretária da CT-RN